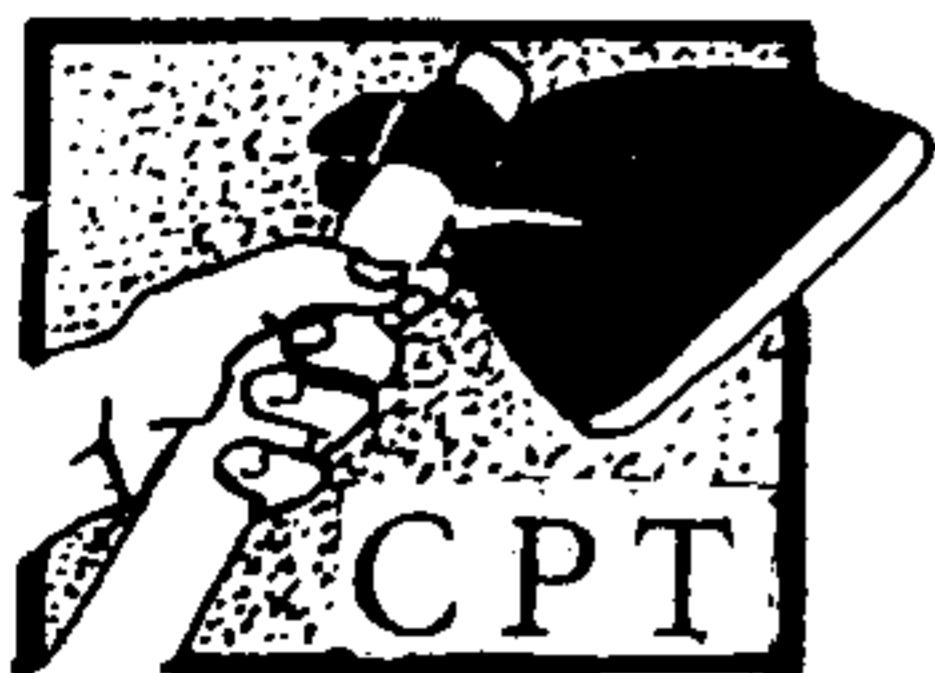


CUT

CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES



Comissão Pastoral da Terra

Centro de Pastoral Vergueiro

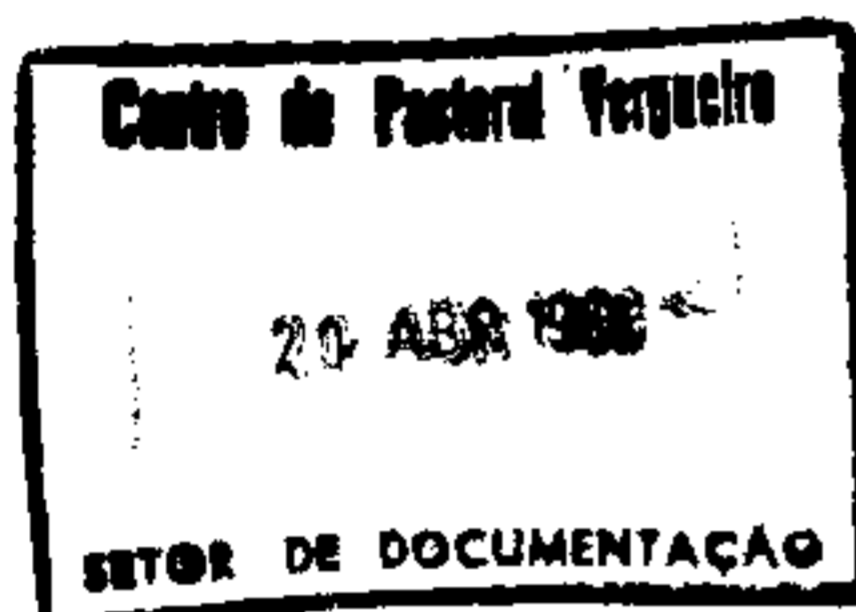
06 MAI 1988

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

DIA NACIONAL DO CAMPO



A situação no campo se agrava dia-a-dia para o trabalhador rural, com o rolo compressor do governo e dos fazendeiros: os pequenos produtores perdem suas terras, os arrendatários são obrigados a abandonar suas lavou- ras e os assalariados estão jogados nas periferias das cidades, reduzidos a favelados sem empregos fixos, com salários insuficientes e com seus direitos desrespeitados.

Os juros bancários, a falta de preços e seguro e a falta de assistência técnica massacram os pequenos produtores. Sem estabilidade, os assalariados vivem em condições sem o mínimo que a dignidade humana exige. E a reforma agrária ficou no papel condenando 15 mil famílias a viverem em precários acampamentos e de outras mais de quatro milhões a viverem sem um pedaço de terra para o

seu sustento.

Diante dessa situação, a CUT, CPT, e MST convocam o DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO NO CAMPO, para ser realizado entre os dias 5 e 15 de abril, para denunciar e reivindicar solução para os trabalhadores rurais. Cada comunidade, cada município, cada região, cada estado está convocado a discutir esses problemas e exigir soluções de verdade.

NOSSAS REIVINDICAÇÕES

TERRA

1. Assentamento imediato das 15 mil famílias acampadas em todo o Brasil;

2. Suspensão dos leilões de terras dos pequenos proprietários para pagar dívidas bancárias;

3. Revogação do decreto 2363/87, que impede a desapropriação de grandes áreas de terra;

4. Punição dos assassinos de trabalhadores rurais, mandantes e pistoleiros, e fim da repressão no campo.

5. Assistência técnica para os assentamentos e trabalhadores rurais.

POLÍTICA AGRÍCOLA

1. Fixação do preço dos produtos agrícolas das pequenas propriedades de acordo com o custo real da produção;

2. Isenção da correção monetária para a dívida bancária, acrescida de juros de 7% ao ano, para os produtos com até cinco módulos rurais;

3. A partir de agora, empréstimos para custeio com correção monetária de acordo com o índice de preço recebido pelo produto financiado nos empréstimos para investimento, correção monetária de 50%, calculada de acordo com o índice de preços do produto recebido pelo agricultor.

4. Implantação de seguro agrícola em todo o território nacional;

5. Elaboração de política agrícola diferenciada para a pequena propriedade até cin-

co módulos rurais, incluindo preços mínimos, crédito rural, armazenagem, assistência técnica com a participação dos trabalhadores rurais e sindicatos.

SECA

1. Que os trabalhadores das frentes de trabalho recebam pelo menos o valor do piso nacional de salários;

2. Que as obras de emergência das frentes de trabalho sejam realizadas em pequenas propriedades, priorizando a construção de poços artesianos, açudes, benfeitorias e bens comunitários;

3. Que a definição dos critérios de escolha dos trabalhadores para as frentes de trabalho tenham a participação dos trabalhadores rurais e dos sindicatos.

SAÚDE E PREVIDÊNCIAS

1. Atendimento médico, dentário, ambulatorial e hospitalar, com fornecimento gra-

tuito de remédios;

2. Benefícios da Previdência Social pagos a homens e mulheres com base no piso nacional de salários.

ASSALARIADO RURAL

1. Piso salarial com defesa contra a corrosão inflacionária;

2. Sábado livre e remunerado (40 horas semanais);

3. Pagamento da colheita de cana por metro e não por tonelada;

4. Registro em carteira;

5. Estabilidade e garantia no emprego.

MORADIA

1. Realização imediata de uma reforma urbana, com a desapropriação das áreas ociosas;

2. Implantação de um amplo programa de construção de casas, com a utilização de mutirões, voltada prioritariamente para as camadas de baixo salário.

Todas essas reivindicações serão entregues para os órgãos do governo estadual até o dia 18 de março. Para o federal serão encaminhadas entre os dias 21 e 23 de março. Na entrega será dado um prazo até o dia 1º de abril para que as reivindicações sejam atendidas. Em caso de negativa serão programados atos de protesto em todo o país.

No estado de São Paulo, será realizada uma caminhada de 600 trabalhadores assenta-

dos e sem terra acampados, saindo de São José do Rio Preto e passando por Limeira Americana, Campinas e Jundiá, até atingir a Capital, denunciando a situação e exigindo solução do governo.

Além disso, a comissão estadual programou para todas as regiões do Estado a ocupação dos Escritórios Regionais do Governo como forma de pressão e divulgação dos problemas e reivindicações dos trabalhadores rurais do Estado de São Paulo.
